



Assine Guia do Estudante ENEM por 15,90/mês

mercantilismo



MAJESTOSO – A pintura mostra o rei Luís XIV no Palácio de Versalhes: o monarca levou o absolutismo ao





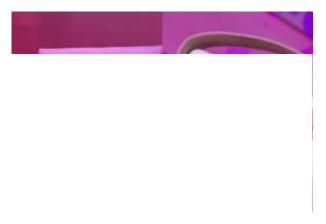
A frase, atribuída ao francês Luís XIV, mostra bem quem mandava na política da Idade Moderna: os reis absolutistas

O Antigo Regime foi o estilo de governo que marcou a Europa na Idade Moderna. Na esfera política, era caracterizado pelo absolutismo, ou seja, o poder ficava todo concentrado nas mãos do rei. No campo econômico, vigorava o mercantilismo, marcado pelo intervencionismo estatal, com vistas ao acúmulo de metais preciosos.

Formação

Desde o fim da Idade Média, existia na Europa uma tendência de enfraquecimento do poder dos nobres, por causa da crise do feudalismo (especialmente das guerras prolongadas e das revoltas camponesas). Para os reis, que durante o período medieval tinham autoridade quase nula, esse era o momento ideal de reafirmar seu poder.





Em alguns países, os soberanos contaram com o apoio da burguesia, que tinha interesse na centralização política, pois a padronização de pesos, medidas e moedas e a unificação da justiça e da tributação favoreciam o desenvolvimento do comércio.





controle político, econômico e militar dos países. No auge desse processo de centralização, estabeleceu-se o absolutismo.

Teorias

O fortalecimento do poder real era defendido por vários pensadores da época. Um dos mais importantes teóricos do absolutismo foi o italiano Nicolau Maquiavel, autor de *O Príncipe*. A obra, que analisa os meios mais adequados de conquistar e se manter no poder, consiste em um tratado político que tem importância fundamental na construção do conceito de Estado como atualmente o conhecemos.

Na Inglaterra, o grande nome foi Thomas Hobbes, autor de *O Leviatã*. Ele dizia que os homens tendem a viver em guerra constante entre si. Para evitar esse caos, seria necessário formar um **contrato social** entre os indivíduos, e o cumprimento desse acordo só poderia ser garantido com o estabelecimento de um Estado forte.

Na França, destacou-se o cardeal Jacques Bossuet, segundo o qual o rei era o representante de Deus na Terra e, por <u>direito</u> divino, não devia satisfação de seus atos. Foi na França que o absolutismo se estabeleceu de forma mais exemplar.

Inglaterra

A monarquia inglesa teve início em 1066, quando o duque da Normandia, William I (Guilherme, o Conquistador), invadiu o país e impôs um governo centralizado. Mas o poder real na Inglaterra era limitado. A **Magna Carta**, de 1215, e o **Parlamento**, criado em 1264, submetiam as decisões do soberano à aprovação dos nobres.

O absolutismo inglês começou após a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), quando duas importantes famílias da nobreza do país, Lancaster e York, se enfrentaram pela sucessão do trono. Elas praticamente se exterminaram





autoridade. Seu filho e sucessor, mennque vill, foi atem, ao promover a Reforma Religiosa no país.

Mas o auge seria atingido entre 1558 e 1603, no governo de Elizabeth I. Hábil administradora, ela conseguiu manter o Parlamento sob relativo controle e promoveu grande expansão da economia. Foi em seu reinado que a Inglaterra derrotou a Invencível Armada da rival Espanha e fundou a primeira colônia inglesa na América. Após sua morte, o país viveria um período de conflitos entre o rei e setores ligados à burguesia que resultaria no fim do absolutismo.

França

A autoridade real e o sentimento de nacionalidade começaram a se fortalecer na França após a vitória na **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453). Nas décadas seguintes, os monarcas ampliaram os territórios sob seu domínio e, aliados à burguesia, estenderam o controle real sobre a economia. A nobreza passou a integrar uma numerosa corte. Formou-se, assim, uma grande aliança entre o monarca, os burgueses e os nobres, que duraria até a Revolução Francesa.

Na segunda metade do século XVI, a França viveu intensos embates entre católicos e protestantes. Destacou-se o episódio da **Noite de São Bartolomeu**, em 24 de agosto de 1572, quando milhares de protestantes foram mortos por ordem da Coroa. Os conflitos terminaram com a tomada do poder por Henrique IV, que reconheceu os direitos dos protestantes pelo **Edito de Nantes**, de 1598. Fortalecido após a pacificação do país, ele deu início à **dinastia dos Bourbon**.

Seu sucessor, Luís XIII, nomeou primeiro-ministro o cardeal Richelieu. Ele intensificou a centralização do poder e a política mercantilista. No campo externo, interveio na **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648), ao lado dos protestantes, derrotando os Habsburgos e os reinos católicos do Sacro Império. Os tratados firmados no fim da guerra, principalmente a **Paz de Vestfália**, selaram a decadência da Espanha e a ascensão da França à





mediação e do reconnecimento do impeno e da igreja.

No governo seguinte, de Luís XIV (1643-1715), o absolutismo chegou ao auge. Conhecido como o Rei Sol, ele passou a viver em clima de luxo exacerbado no Palácio de Versalhes, fora de Paris. A economia ficou a cargo do ministro Colbert, um burguês que levou ao extremo a política mercantilista.



CARGA PESADA Movimentação comercial em porto na região da atual Itália no século XVII ()

Mercantilismo

O mercantilismo garantiu a manutenção do Estado absolutista e de seus suntuosos gastos com o aparelho administrativo, o Exército e, principalmente, com a corte. A base inicial dessa política era o **metalismo**, a ideia de que a riqueza de um país dependia de sua capacidade de acumular metais preciosos. Mais tarde, percebeu-se que era necessário desenvolver a





protecionistas, como parreiras atrandegarias para produtos estrangeiros, o que favorecia a manufatura e o artesanato nacionais.

A conquista e a exploração de colônias também eram fundamentais. Pelo **pacto colonial**, os Estados absolutistas europeus retiravam os recursos que bem desejavam de seus domínios em outros continentes e forçavam os povos colonizados a comprar os produtos fabricados na metrópole.



Paz de Vestfália criou a atual ordem mundial

Após a Guerra dos Trinta Anos, foi realizada uma conferência de paz em Vestfália para tentar acomodar as divergências políticas e religiosas que faziam da Europa do século XVII um palco de sangrentos conflitos. Desse encontro, surgiram os princípios da não ingerência: a estrutura política e a orientação religiosa de cada unidade não seriam mais desafiadas. Criou-se, assim, o conceito de igualdade entre os Estados soberanos e os fundamentos de um sistema de relações internacionais.

Ainda que não fosse capaz de evitar as guerras, a Paz de Vestfália inaugurou uma ordem mundial que norteou as relações entre os Estados dali para a frente e se espalhou pelo mundo, abrangendo as mais diferentes civilizações. O sistema vestfaliano predomina até hoje, prevalecendo o conceito de Estado-nação e tendo como alicerce a ONU e uma ampla rede de estruturas legais que dão sentido a uma comunidade internacional.